

Bolsa Família e Inclusão Financeira *

Marcelo Neri**

1. Introdução

O círculo virtuoso vivido pelo Brasil onde democracia, equidade e crescimento se retroalimentam foi responsável por resultados expressivos como a redução da extrema pobreza e da desigualdade de renda, aumento da expectativa de vida, maior acesso a educação, entre outros. Há uma série de novos desafios a fim de consolidar os ganhos recentes e garantir sua sustentabilidade. Entre estes elementos destaca-se a inclusão financeira e seus impactos sobre a resiliência da população face a choques adversos, ou ainda da possibilidade de alavancar oportunidades existentes. A última questão ligada ao crédito produtivo popular é objeto de capítulo à parte deste livro autorado por Stélio Gama do Banco do Nordeste, e não será objeto do presente capítulo¹. Trataremos do outro lado do campo das microfinanças, ligado a capacidade das pessoas físicas e famílias de baixa renda suavizar, seus padrões de consumo ao longo do tempo. Daremos especial ênfase aos determinantes do acesso a instrumentos financeiros básicos como porta de entrada primeira, em particular a questão da poupança, suas perspectivas e motivações. Nosso objetivo último é o subsídio à formulação de políticas públicas de inclusão financeira.

O presente texto apresenta na segunda seção um arcabouço conceitual dos canais de impactos do Programa Bolsa Família (PBF) que permite situar o seu potencial papel na consecução da inclusão financeira da população mais pobre. Na terceira seção quantificamos o papel e a evolução do risco de renda do trabalho, seu papel no bem estar e na demanda de serviços financeiros. Na quarta seção traçamos um quadro geral da extensão da inclusão financeira e locais de acesso contrastando o perfil dos beneficiários com o de não beneficiários do PBF. A quinta seção isola o papel de determinantes específicos da inclusão financeira através de modelo multivariado de análise. Algumas

* Este artigo corresponde a capítulo do livro editado por Campelo et all (2014). O autor agradece as contribuições de Tiago Bonomo, Luisa Carvalhaes e Rodrigo Ramiro.

** Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

¹ Ver Neri, M, **Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**; Editora da Fundação Getulio Vargas, 2008

implicações sobre a decisão de poupança das famílias são traçadas na sexta seção. As principais conclusões do estudo são deixadas para a última seção.

2. Esquema conceitual de Inserção da Inclusão Financeira

Antes de entrarmos na questão de inclusão financeira no âmbito do Programa Bolsa Família (PBF) é interessante colocá-la em perspectiva face a outros canais de transmissão do programa sobre a vida dos seus beneficiários. O PBF possui diversos canais para a superação da pobreza. O canal mais direto, apresentado do lado esquerdo da figura 1 a seguir representa as transferências e impostos que afetam a renda monetária corrente líquida das pessoas, após a operação de outros canais que afetam a determinação da renda bruta no mercado de fatores, em particular no mercado de trabalho. O PBF privilegia as mulheres em 93% dos casos como receptoras diretas da renda monetária, a elas devem se voltar as ações de educação financeira e de oferta de serviços financeiros. Outro aspecto enfatizado no diagrama é o PBF como programa de transferência de renda condicional busca influenciar a educação e a saúde de seus beneficiários aumentando a sua demanda através de condicionalidades.

Figura 1 – Programa Bolsa Família e canais para a superação da pobreza



Do lado direito estão representadas políticas que afetam a provisão de bens e serviços públicos cujo uso impacta diretamente o bem-estar das pessoas. A começar na parte de cima por políticas que priorizam a oferta de serviços de educação e saúde aos beneficiários do PBF como, por exemplo, a priorização de crianças mais pobres no acesso a creches, ou ainda o repasse maior de recursos educacionais às escolas com mais da metade de seus alunos beneficiários do PBF. A própria concessão de subsídios diferenciados aos beneficiários do Bolsa Família em mobilidade urbana através de esquemas como bilhete único ou de passe livre a jovens estudantes regulares ou de cursos técnicos, guarda o potencial de beneficiar a oferta de políticas de saúde e educação. Este tipo de expediente pode aproximar os segmentos de renda mais baixa do Estado mas também do mercado que é o eixo principal de análise deste trabalho.

É interessante enxergar o impacto direto do programa através da oferta de bens e em especial serviços públicos através do local de consumo representado pelo binômio dentro/fora de casa. A oferta de serviços públicos como esgoto, telecomunicações, por exemplo, fazem parte da última possibilidade, enquanto a própria dinâmica do financiamento habitacional na faixa I do Minha Casa, Minha Vida, ou na compra de eletrodomésticos com o no Minha Casa Melhor exemplificam o potencial uso do PBF e do CadÚnico na oferta de subsídios financeiros aos mais pobres para aquisição de bens meritórios².

O efeito do lado direito da figura se dá direto no bem estar das pessoas enquanto na transferência monetária constante do lado esquerdo o canal de impacto se dá pelas vias da restrição orçamentária. Se quisermos ter uma visão mais estrutural do processo de mudanças observado ir mais a fundo na restrição orçamentária e pensar na geração de renda das famílias de vários períodos, conforme exemplificado na parte superior do esquema. Ações que impactam o trabalho assalariado e empreendedorismo como o impacto sobre a demanda do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ou sobre a

² Boa parte da relação entre renda e felicidade no Brasil é explicada pela passagem daqueles sem renda para um nível de renda familiar positiva, sugerindo um potencial de políticas voltadas aos mais pobres. A relação controlada entre variação de renda implícita na expansão do Programa Bolsa Família (PBF) e a variação de felicidade da mesma pessoa ao longo do tempo indica que os beneficiários do PBF ganham um adicional de 0,41 ponto de felicidade em relação aos não beneficiários. Vide Neri, M. (2014), **A Felicidade Acompanha a Renda?**, In: Neri, M. e Schiavinatto, F., **Percepções da População sobre Políticas Públicas** 2ª Edição. Brasília: Ipea. 2014.

informalidade como o Micro-Empreendedor Individual (MEI). Nesta parte figura também a mudança nos estoques de ativos e recursos das famílias o que implica num efeito de prazo mais longo, onde o destaque é a educação regular, ou profissional. O PRONATEC que não se restringe mas utiliza o CadÚnico como porta de entrada ao programa constitui talvez o melhor exemplo prático de difusão na educação financeira.

Mercados decentes - Finalmente, a parte inferior do diagrama constitui o cerne da abordagem aqui proposta. É preciso ir além e “dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos, quando, pelas vias da queda da desigualdade, "demos os pobres aos mercados (consumidores)". Devemos tratar o pobre como protagonista de sua história, além da demanda pela oferta de serviços públicos de qualidade oferecidos ou regulados pelo Estado. Se bem regulado, o crédito consignado a benefícios da previdência social vai nesta linha, alavancando os ganhos de bem-estar. Concretamente, no âmbito das políticas públicas pelo lado financeiro, falamos de microsseguro e de microcrédito, mas a ênfase do texto recai sobre elementos mais simples como acesso a contas financeiras e a decisão de depósito e de poupança financeira.

Antes disso tratamos do crédito produtivo popular que integra a conexão da inclusão financeira com a geração de renda. Microcrédito é fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda, e temos o exemplo do Crediamigo, programa de microcrédito de um banco público federal em área pobre, o Banco do Nordeste, que funciona na linha do Grameen Bank, usando sistema de grupos solidários nos colaterais. O programa serviu de inspiração ao programa federal Crescer, criado em 2011. Há uma lição específica do rendimento do trabalho aumentando com a produtividade (salário-eficiência) no caso dos agentes de crédito, que podem até triplicar o seu salário, dependendo do desempenho da carteira. Isso pode gerar lições do tipo “mercado de trabalho privado” a outros segmentos do setor público. O Crediamigo cobre 60% do mercado nacional de microcrédito, gerando um aumento médio de lucro de 13% ao ano para seus clientes, que são empresas informais de fundo de quintal, tais como mercearias, cabeleireiros, etc. A probabilidade de um cliente que era pobre sair da pobreza em 12 meses após o crédito é de 60%, contra 2% da probabilidade do movimento em sentido contrário – isso tudo sem subsídios, pois o programa gera um lucro de R\$ 50 ao ano por cliente. Em 2010, o Crediamigo foi eleito pelo Mix Market, a principal agência de *rating* de microcrédito, como a melhor experiência de microcrédito do continente americano.

Há riqueza no meio da pobreza, e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nessa busca.

Uma agenda que está se desenvolvendo tardiamente no Brasil é aquela ligada aos trabalhadores por conta própria e pequenos produtores urbanos, que consiste em dar acesso aos pobres, enquanto produtores, aos mercados consumidores. Cerca de 65% dos empresários urbanos dizem que seu principal problema é a falta de clientes ou concorrência acirrada, os quais são problemas de demanda e não de oferta, como formalização, infraestrutura, acesso a crédito, etc.

Políticas de acesso a mercados consumidores, tais como exportação através de cooperativas de pequenos produtores, acesso ao comércio eletrônico e compras governamentais, atuam neste sentido. Em relação às compras governamentais destacam-se os municípios que compram carteiras escolares e merendas na produção local através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Mais especificamente, este texto trabalha com o diagnóstico e propostas de políticas que facilitem a suavização dos padrões de vida das famílias ao longo do tempo. Defendo que ao tripé transferências monetárias, oferta de serviços públicos e geração de renda seja agregada a questão de acesso ao mercado financeiro dos pobres. Esta parte vai desde questões associadas a proteção do consumidor em geral como de educação financeira que está mais próxima das preocupações de política deste trabalho. A outra vertente se refere a cesta de serviços financeiros que os beneficiários podem ter acesso como no segmento de crédito, seguro e poupança e suas relações com o PBF.

3. Risco de Renda

O objetivo último das políticas públicas é melhorar o bem-estar social. Estabilidade e equidade exercem marcados efeitos sobre o nível de bem-estar individual e da sociedade e devem ser estudadas de maneira integrada. De maneira geral, a dispersão de medidas de bem-estar individuais como renda ou consumo per capita que compõem o nível de bem-estar agregado pode ser analisada sob duas óticas: a desigualdade de padrões de vida médios entre pessoas e a flutuação observada do padrão de vida de uma mesma pessoa entre diferentes instantes do tempo. Neste último ponto entra o papel da alocação dos

respectivos poder de compra individuais ao longo do tempo através dos segmentos de poupança, crédito e seguro. Trataremos a seguir a questão do risco.

A desigualdade de rendas mensais, que é como a questão é acompanhada no Brasil, tem sido amplamente medida e discutida. A dispersão temporal *a priori* suavizando o bem estar entre diferentes estados da natureza, ou medido a posteriori, é pouco analisado, seja do ponto de vista empírico por falta de dados, seja no desenho de políticas públicas.

Abrimos a análise de risco de renda em duas partes: o de uma mesma pessoa cruzar em 12 meses a mediana de renda domiciliar per capita do trabalho de cima para baixo (risco de queda) e a de cruza-la de baixo para cima (oportunidade de subir) a partir de dados longitudinais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Os resultados mostram que, no período 2012/2013, 27 em cada 100 pessoas cruzaram a mediana de baixo para cima, o que coloca a oportunidade de subir na vida no ponto mais alto da série iniciada em 2002. No período 2002/2003, esta oportunidade era de apenas 16 em cada 100 pessoas. Por outro lado, o risco de cair sofreu uma forte redução nos últimos dez anos, indo de 26,2% em 2002/2003 para 13,3% em 2012/2013. Portanto, houve uma inversão dos riscos de queda e de ascensão entre os biênios 2002/2003 e 2012/2013. Esta maior estabilidade microeconômica, complementa melhoras na média e na desigualdade de renda per capita na obtenção de progresso no bem-estar geral da nação (ganhos reais de 52% na média e de 107% nos 10% mais pobres de 2003 a 2012 pela PNAD/IBGE).

A volatilidade de renda tem implicações para a análise de programas como o Bolsa Família. Numa analogia com o desemprego friccional, se há pessoas entrando e outras saindo da pobreza a cada mês, o índice de pobreza zero é tão inatingível como o é o desemprego zero. O Banco Mundial, na sua nova meta de zerar a extrema pobreza até 2030, aponta 3% como o nível a ser considerado. No desenho de sua inspiradora meta de superação de pobreza até 2014, o Brasil através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem enfatizado este ponto. Por outro lado, o Bolsa Família contribui para a maior estabilidade da renda das famílias. De uma forma e de outra, o efeito estabilidade deve ser incorporado à análise de bem-estar mas para isso devemos observar a oferta e demanda por instrumentos financeiros e as motivações associadas.

O outro elemento que mistura os dois tipos de dispersão acima citados, a transversal e a temporal, é observar como pessoas de diferentes estratos econômicos suavizam seus respectivos padrões de vida ao longo do tempo. A chamada inclusão financeira através

dos segmentos de poupança, crédito e seguro é fundamental na determinação de como flutuações de renda das famílias de baixa renda influenciam o respectivo padrão temporal de vida. Estudamos também o primeiro passo do processo de inclusão bancária, que é a porta de entrada dos indivíduos a serviços financeiros³.

4. Inclusão Financeira

Segundo o Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central do Brasil (BCB), a inclusão financeira é definida “como o processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo para sua qualidade de vida.”.

Começando com um retrato global, o Findex de 148 países em 2011⁴ indica que 50% dos indivíduos com 15 anos ou mais possuíam conta formal, contra 56% no Brasil. Na maioria dos países da Europa Ocidental, mais de 90% da população está incluída, sendo que o menor percentual era o da Itália, 71%; nos EUA e Canadá, os percentuais são 88% e 95,8%, respectivamente. O Brasil está acima da média da maioria dos países em desenvolvimento, uma exceção é a China (64% de incluídos). Os demais BRICS, por exemplo, ficaram abaixo do Brasil (África do Sul com 53,6%, Rússia com 48,2% e Índia com 35%). Na América Latina, o Brasil é com folga o país pesquisado com o maior percentual de indivíduos com conta formal, seguido pela Venezuela (44,1%), Chile (42,2%), Equador (36,7%) e Argentina (33,1%).

Estudamos aqui a porta de entrada dos indivíduos ao sistema financeiro através de pesquisa de campo representativa nacional feita pelo Ipea, com 3800 entrevistas de pessoas de 15 anos ou mais, realizada em 210 cidades brasileiras em maio de 2013. Em primeiro lugar, em relação aos locais de uso dos serviços bancários, as casas lotéricas com 64,5% superaram as tradicionais agências bancárias utilizadas por apenas 36,54%. Por outro lado, 15,2% dos entrevistados não utilizaram nenhum serviço bancário no mês anterior à pesquisa.

Enfatizamos aqui a pergunta se o indivíduo possuía conta corrente ou de poupança como um estágio desejável para ascender a serviços financeiros mais sofisticados. Os resultados mostraram que 58% dos entrevistados possuíam conta em alguma instituição financeira.

³ O Banco Central possui iniciativa chave de inclusão financeira <http://www.bcb.gov.br/?INCFINANC>

⁴ Measuring Financial Inclusion: The Global Findex. World Bank Policy Research WP 6025, 2012. ver <http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/>.

Chama a atenção o percentual elevado de novas contas 12,71% abertas nos últimos 3 anos e, no outro extremo, os 28,6% dos que nunca tiveram uma conta.

Os dados revelam que 20,16% dos entrevistados tem acesso ao Bolsa Família destes 49,22% possuem uma conta financeira, abaixo do número observado entre os não beneficiários (60,27%). Este é um resultado esperado, tendo em vista que o programa foca nos mais pobres. No entanto, quando olhamos para o percentual de beneficiários que possuem conta há menos de 3 anos, ele é maior do que para os não beneficiários (14,84% para os beneficiários contra 12,12% dos não beneficiários), o que dá indícios que a inclusão financeira parece ter sido mais forte entre os mais pobres no período recente. Por outro lado, o percentual de quem já teve conta mas no momento não está incluído é maior para os não beneficiários do programa, novamente apontado para o possível papel do Bolsa Família tanto na inclusão social como na financeira que será detalhado posteriormente.

Em relação ao uso de serviços bancários, percebemos a predominância das Casas Lotéricas em relação a outros serviços, especialmente para os beneficiários do Bolsa Família. Os correspondentes bancários, tendo como principal exemplo a Caixa Econômica Federal são muito importantes para a inclusão financeira no país, especialmente entre os grupos mais vulneráveis da população.

5. Determinantes de Inclusão Financeira

A fim de permitir a análise do efeito isolado de diversas variáveis sociodemográficas para nortear as ações de inclusão financeira, foi feita uma análise multivariada por meio de um modelo *logit* dos determinantes da probabilidade de as pessoas terem conta bancária, senão vejamos: escolaridade, renda e patrimônio, todas se relacionam positivamente com as chances de ter acesso à conta, ou seja, nenhuma destas variáveis substitui as demais. Este resultado não apenas indica que transações financeiras são de fato um serviço de luxo, mas também que ações de popularização destes serviços devem idealmente buscar resultante da união destes três vetores, e não optar por apenas um critério destes, como substituto dos demais.

Uma outra variável para além do nível de educação formal que impacta o acesso à conta bancária é relativa ao acerto em duas questões de números e finanças colocadas no nosso

questionário. Aqueles que acertaram estas questões possuem chances 27,6% maiores que os demais indivíduos. Estes dados sugerem a importância de ações prévias ligadas ao reforço do ensino básico de matemática e de educação financeira para incrementar o uso exitoso de instrumentos financeiros. Similarmente, indivíduos mais pacientes (definidos como aqueles que preferem receber R\$ 380 após um mês em lugar de R\$ 340 no momento da pesquisa) possuem chances 24,7% menores que os demais, sugerindo que, além do conhecimento numérico, deve-se talvez cultivar valores relativos à virtude de saber esperar. A pesquisa sugere ainda que a paciência não é sinônimo de pessimismo sobre o futuro, pelo contrário. Os indivíduos que acham que a respectiva vida vai melhorar nos próximos cinco anos têm 17,4% maiores chances de acesso financeiro que os demais. Acesso a serviços financeiros pode ser importante alavanca na consecução de um plano de ascensão social individual.

O acesso financeiro por idade apresenta trajetória em forma de sino, crescendo na juventude e meia idade até os 60 anos, o limiar da chamada terceira idade, quando passa a decrescer. Este resultado revela uma trajetória tipo teoria do ciclo de vida de Franco Modigliani no acesso à conta bancária. Homens possuem 32,6% maiores chances de ter acesso à conta que as mulheres em situação igual. Este *déficit* de gênero preocupa, pois as mães são muitas vezes as principais responsáveis pelo cuidado da família.

Em relação a variáveis espaciais, os nordestinos possuem 38,7% mais chances de cobertura financeira do que os do Sudeste em condições iguais. Similarmente, moradores do núcleo e periferia das grandes metrópoles têm 14,5% e 23,4% menores chances de ter acesso a serviços financeiros que os moradores de cidades menores.

Finalmente, o fato de o indivíduo ser beneficiário do programa Bolsa Família aumenta sua chance de acessar serviços financeiros em 23% dado comparável ao impacto de incremento de patrimônio entre os que dispõem de mais de 100 mil em relação a faixa anterior. O efeito Bolsa Família é revelador de como as regras básicas do programa, em que os beneficiários estão todos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e recebem da Caixa Econômica Federal seus benefícios, acabam produzindo como efeito colateral o maior acesso deste grupo a outros serviços financeiros. Neste sentido, o Bolsa Família, mais do que uma porta de saída da pobreza, figura como porta de entrada a segmentos mais sofisticados do mercado financeiro. É possível ir além deste efeito colateral, e desenhar políticas que lançam mão da plataforma do programa para garantir

acesso a mais e melhores serviços financeiros para a população de baixa renda. Cabe lembrar que para quem está próximo da linha de miséria, perdas valem mais que ganhos de mesma monta valendo mais a suavização do consumo do que para os de maior renda.

Tabela 1 - Modelo Logit de Acesso a Serviços Financeiros			
Tem conta corrente ou de poupança? (Sim=1)	Estimativa	p – Valor	Razão de Chances
Patrimônio abaixo de 10 mil reais	-0.6889	<.0001	0.502
Patrimônio acima de 100 mil reais	0.2265	0.0897	1.254
Log da soma de todas as rendas do domicílio	0.425	0.0012	1.53
Número de moradores	-0.0815	0.0023	0.922
Segundo grau completo ou incompleto	0.7127	<.0001	2.039
Superior completo ou incompleto	1.2634	<.0001	3.537
Idade	0.1053	<.0001	1.111
Idade ao quadrado	-0.00089	<.0001	0.999
Homem	0.2823	0.0006	1.326
Intercepto	-6.6423	<.0001	0.001
Capital	-0.1565	0.0926	0.855
Periferia	-0.2928	0.0144	0.746
Nordeste	0.3273	0.0014	1.387
Centro-Oeste	0.8711	<.0001	2.39
Sul	0.3782	0.002	1.46
Acertou as 2 questões sobre numeracy	0.2438	0.0071	1.276
A felicidade vai aumentar nos próximos 5 anos	0.1604	0.0711	1.174
Prefere receber um prêmio de 340 reais hoje do que 380 reais daqui a 1 mês (Impaciente)	-0.2832	0.0011	0.753
Recebe Bolsa Família	0.2256	0.0355	1.253

Fonte: Elaboração SAE/PR a partir dos microdados do Ipea * variáveis não significativas omitidas

6. Diagnóstico de Poupança

A baixa taxa de poupança familiar no Brasil representa um grande desafio para o desenvolvimento do país no longo prazo. Aumentar a taxa de poupança é muito importante para que o país faça a transição de uma economia emergente para uma desenvolvida. O círculo virtuoso em que o país se encontra, com melhorias socioeconômicas como a queda da desigualdade, inibe a poupança. Famílias mais pobres, em particular aquelas em que os filhos estudaram mais, tendem a consumir uma parte maior de sua renda. Na década passada, a renda da metade mais pobre cresceu 588% mais que a dos 10% mais ricos. Somando-se à queda da desigualdade, a expansão do crédito ao consumidor, do emprego formal e de programas de proteção social, assim como a redução de incertezas (estabilidade econômica) e o avanço da expectativa de vida, acompanhado do envelhecimento da população, levam a uma tendência decrescente da poupança das famílias brasileiras.

A poupança também é desincentivada pela crescente estabilidade macroeconômica e pela ampliação do Estado de bem-estar no país. Para além de melhora das rendas correntes, elas provocam redução dos riscos de renda das famílias. A conquista do "investment grade" e os novos programas sociais sob a égide do Brasil Sem Miséria implicam menor motivação a poupar.

O Brasil está passando por uma "onda jovem", com o maior número de jovens que já teve em sua história e jamais terá novamente. Estudos em demografia são unânimes na demonstração de que a taxa de fecundidade das brasileiras já é menor do que a taxa de reposição da população, ou seja, há neste sentido uma tendência de queda no número absoluto da população brasileira. Por outro lado, a expectativa de vida no país cresce o que tornará a pirâmide etária do país cada vez menor em sua base e maior no seu topo. Na transição demográfica em curso, a população idosa cresce três vezes mais rápido que a total. De acordo com a teoria do ciclo de vida de Modigliani⁵, o envelhecimento diminui a poupança, ou seja, idosos despouparam. Isso é particularmente verdade no Brasil devido

⁵ MODIGLIANI, Franco, 'The Life Cycle Hypothesis of Saving, the Demand for Wealth and the Supply of Capital, *Social Research*, (1966: Summer).

a sua legislação previdenciária onde as aposentadorias estão vinculadas ao salário mínimo.

Crédito também é uma forma de poupança. Apesar da razão crédito/PIB ter dobrado nos últimos oito anos, ainda é baixa para padrões internacionais. A diminuição das restrições de crédito como no caso do consignado são exemplares. Da mesma forma, fátia do trabalho e formalização maiores também desestimulam a poupança, dadas garantias do aviso prévio, FGTS e seguro desemprego. Programas habitacionais como o “Minha Casa, Minha Vida” sem incentivos à acumulação prévia também contribuem para uma queda na taxa de poupança no país. Países quase sem crédito imobiliário, como Japão e Itália, apresentam taxas de poupança financeiras mais altas, voltadas à compra prospectiva de imóveis. Por outro lado, imóveis (e educação) sintetizam bem o hábito construído ao longo de décadas de instabilidade inflacionária de alocar o binômio poupança/investimento em ativos reais.

No mesmo sentido de tendência de queda na taxa de poupança está o alto otimismo do brasileiro, ou seja, o descolamento observado entre a percepção de felicidade presente e a expectativa de felicidade futura dos brasileiros. O Brasil é heptacampeão de felicidade futura⁶.

Cabe ressaltar que quando analisamos a satisfação com a vida no futuro, temos que os beneficiários do Bolsa Família, apesar de terem menores níveis de felicidade no presente (6,74 contra 6,81 da média e 6,83 dos não beneficiários), apresentam maiores níveis de felicidade futura (atingindo 8,55 contra 8,46 e 8,45; aumento de 27% contra 24% dos demais), tornando o desafio da poupança ainda mais difícil para esse grupo.

Motivos - O principal motivo de poupança apontado pelos entrevistados foi para se prevenir de eventuais emergências (51%), o que estaria relacionado com uma motivação precaucional seguindo a teoria clássica de poupança. No caso dos beneficiários do Bolsa Família, a motivação precaucional se mostra ainda mais forte (56% contra 50% dos não beneficiários). O segundo motivo principal apontado foi para adquirir algum bem (16% dos beneficiários e 15% dos não beneficiários), mais ligado à presença de restrição por

⁶ Sobre a relação entre os resultados de pesquisas de percepção social presente e futura comparáveis internacionalmente ver Neri, **O FUTURO, O PAÍS E A AGENDA DO “PAÍS DO FUTURO”**. In: Neri, M. e Schiavinatto, F. *Percepções d População sobre Políticas Públicas*, 2ª Edição. Brasília: Ipea. 2014.

liquidez. Um dado intrigante é que somente 6% dos entrevistados (tanto para beneficiários como para não beneficiários) apontaram a educação como motivo para terem poupado.

7. Conclusões

O fato de o indivíduo ser beneficiário do programa Bolsa Família (PBF) aumenta sua chance de acessar serviços financeiros em 23% dado comparável ao impacto de incremento de patrimônio entre os que dispõem de mais de 100 mil em relação a faixa anterior. O efeito Bolsa Família é revelador de como as regras básicas do programa, em que os beneficiários estão todos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e recebem da Caixa Econômica Federal seus benefícios, acabam produzindo como efeito colateral o maior acesso deste grupo a outros serviços financeiros. Neste sentido, o Bolsa Família, mais do que uma porta de saída da pobreza, figura como porta de entrada a segmentos mais sofisticados do mercado financeiro. É possível ir além deste efeito colateral, e desenhar políticas que lançam mão da plataforma do programa para garantir acesso a mais e melhores serviços financeiros para a população de baixa renda. Cabe lembrar que para quem está próximo da linha de miséria, perdas valem mais que ganhos de mesma monta valendo mais a suavização do consumo do que para os de maior renda.

A SAE/PR elaborou em 2014 questionário que pergunta às pessoas com 15 anos ou mais a nota de 0 a 10 que dariam a algumas propostas de política pública. A primeira é a realização de cursos de educação financeira a alunos de ensino médio com deveres de casa que envolvem os pais, propagando a educação financeira no seio familiar. Algumas avaliações realizadas no Brasil comprovam impactos positivos desta metodologia de difusão. A nota atribuída a esta proposta foi 8,42 contra, por exemplo, 7,74 para cursos de educação financeira gratuitos oferecidos na internet. A segunda proposta que obteve nota 8,55 é a criação de incentivos à poupança para os beneficiários do Bolsa Família, na linha dos fundos de pensão usuais de empresas privadas. A permanência dos recursos seria premiada com subsídios do Estado criando hábitos de poupança na base da distribuição de renda. Note-se que o impacto sobre as contas públicas seriam pequenos pois todo o Bolsa Família custa hoje 0,53% do PIB e só aparece a prazo mais longo quando a pequena parcela dos recursos poupados forem retirados. Na verdade, haveria uma maior folga no caixa fiscal no primeiro momento. Um fundo de poupança poderia para os beneficiários do PBF, é simples pois os mesmos são cadastrados e possuem um cartão através do qual recebem os pagamentos públicos e, portanto, já estão em contato

com o sistema financeiro. Cabe lembrar que a nota média atribuída à qualidade dos serviços financeiros ofertados é de 6,32 o que corrobora uma atuação regulatória firme do Banco Central do Brasil.